Sob o sol e céu aberto do verão de 2014, a União Nacional dos Estudantes começou o seu ano nas ruas contra a mercantilização do ensino com a luta dos estudantes das Universidades Gama Filho e UniverCidade, no Rio de Janeiro, descredenciadas pelo MEC. Estas instituições não estão isoladas. A UNIVAG, no Mato Grosso, a FMU, em São Paulo e tantas outras universidades privadas sofrem – em menor ou maior grau – com problemas que vão da questão pedagógica à falta de infraestrutura e  abuso no aumento das mensalidades.

Neste ano de 2014 chegamos ao cinquentenário do Golpe Militar, que colocou o nosso país sob a mais perversa ditadura da nossa história. Daquele período, ainda há feridas não cicatrizadas. Muitos estudantes que se organizaram na luta contra o autoritarismo estão desaparecidos. Honestino Guimarães, Helenira Rezende e Fernando Santa Cruz são só alguns jovens deste tempo que até hoje encontram-se desaparecidos. Mesmo com a implementação da Comissão Nacional da Verdade, é ainda necessário extirpar atitudes incorporadas e naturalizadas daquele tempo. A reconstrução da nossa sede na Praia do Flamengo 132, metralhada e incendiada na primeira hora da ditadura, também representa um marco na reconquista da democracia. E mesmo com a demolição do prédio no fim deste regime, eles não conseguiram destruir nossos sonhos que permancem vivos na luta pelo Brasil que desejamos.

As práticas de torturas e prisões autoritárias dos tempos de exceção permanecem no contidiano das periferias, utilizadas como recurso comum pelas forças policiais. Do mesmo modo, ainda convivemos com a estrutura militarizada de segurança pública, que age com truculência tanto em manifestações legítimas, como rotineiramente com os jovens da periferia, em especial aos negros. explicitando o racismo institucional que determina estereótipos de suspeitos por sua cor da pele e/ou classe social. Exigimos a desmilitarização da polícia e o fim dos autos de resistência, para que haja por parte do Estado uma política de segurança pública que respeite as aspirações de um país verdadeiramente democrático. Ainda para enfrentar o extermínio da juventude negra e da periferia, ressaltamos a necessidade de uma nova política de drogas, antiproibicionista, aliada a uma política de garantia do direito à vivência e experimentação para esta população, através do acesso à cultura, lazer, esporte e espaços públicos para se expressar.

A UNE, ao longo dos seus 77 anos, sempre esteve na defesa dos estudantes e da juventude brasileira. As recentes manifestações são legítimas em seu caráter revindicatório ao exigir, acima de tudo, mais direitos. Por isso repudiamos qualquer tipo de tentativa – legal ou ilegal – de impedir ou sabotar os protestos da juventude. Visualizamos nos protestos pacíficos a melhor forma de disputar ideias e consciências e, assim, agregar amplos setores em torno de causas justas. Eventuais atos individuais e inconsequentes não podem justificar iniciativas que caminhem na perspectiva de criminalizar organizações, partidos, movimentos sociais e até mesmo toda uma geração de jovens que vai às ruas na luta por mais direitos.

É por isso que rechaçamos com veemência a proposta de Lei Antiterrorismo, em tramitação no Congresso Nacional – NÃO SOMOS TERRORISTAS! Acreditamos que a legislação brasileira já possui base suficiente para apuração e condenação de crimes ocorridos em manifestações, como no caso do lamentável homicídio do cinegrafista Santiago Andrade, no último dia XX de Fevereiro. Os únicos interessados na Lei Antiterror são os setores conservadores que veem nesta a oportunidade de legalizar sua prática cotidiana de criminalização dos movimento sociais. Seguiremos em luta para exigir respeito ao nosso direito de organização e manifestação e não cairemos na ladainha da grande mídia que tenta, através do sensacionalismo na cobertura de ações isoladas de violência, impor um clima de caos e desgoverno em nosso país.

Com esse espírito iremos ocupar todos os cantos do Brasil, das avenidas às universidades, para cumprir os anseios de reformas estruturantes defendidas 50 anos atrás, mas que seguem como desafio do nosso tempo.

Mesmo com o fim da Ditadura Militar, ainda não conseguimos estabelecer a plena democracia no modelo de disputa político-eleitoral e nas instituições republicanas. A influência do poder econômico nas eleições subtrai cada vez mais o caráter democrático do Brasil. Com a desigualdade financeira entre os candidatos, em geral, ganha quem tem mais dinheiro e não quem tem o melhor projeto e ideias. O financiamento privado de campanha permite que os grandes empresários mantenham seus interesses no Congresso, gerando assim uma grave distorção de representatividade. Uma Reforma Política que amplie a participação popular, através de plebiscitos e referendos, que amplie a participação no parlamento de mulheres, através da paridade de gênero, jovens, trabalhadores, negras e negros é uma necessidade para darmos um passo a mais a um Estado de Direito com todos os segmentos da sociedade civil bem contemplados em suas pautas.

Por isso a UNE se soma à campanha da Coalizão Democrática em Defesa da Reforma Politica e de Eleições Limpas e à iniciativa do Plebiscito Popular por uma Constituinte Soberana e Exclusiva do Sistema Político. Enxergamos no Plebicito Popular uma grande oportunidade de, unificados, os movimentos sociais levarem o debate em torno de uma reforma política democrática para os diversos segmentos de nossa população.

Na educação, também são grandes os desafios. Do acordo MEC-USAID à mercantilização e desnacionalização do ensino superior brasileiro dos dias de hoje, os estudantes estão presentes nas ruas para assegurar uma solução pela via pública para os problemas educacionais. Exemplo simbólico é a luta dos estudantes da Universidade Gama Filho (UGF) e do Centro Universitário da Cidade (UniverCidade), que se mobilizaram a fim de exigir a criação de uma nova Universidade Federal: a Universidade Federal de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro (UFCARJ), com o CEFET-RJ incorporando o corpo discente e temporariamente os professores e funcionários das instituições descredenciadas.

Com amplas mobilizações nas ruas do Rio de Janeiro e ocupação do MEC e da frente do Palácio do Planalto, a combatividade do movimento estudantil gerou um amplo debate na sociedade para que a educação deixe de ser tratada como mera mercadoria. Para que não se torne rotina o descredenciamento de universidades por falta de uma fiscalização eficiente, é necessária a aprovação imediata do INSAES, que pode ser um importante instrumento para barrar o processo de desnacionalização do ensino superior, bem como a criação de uma lei que para além de regulamentar fusões e transferências, fiscalize a efetiva realização do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão nas IES Privadas e garanta sua qualidade.

A luta também segue em torno do Plano Nacional de Educação (PNE) que se arrasta no Congresso Nacional há quatro anos sem aprovação. A pauta mais cara para a UNE, a reivindicação histórica da destinação dos 10% do PIB para a educação pública, enfrenta claros interesses conservadores. Após a vitória na Câmara, o projeto retrocedeu no Senado, que tirou do PNE seu caráter de fortalecimento da rede pública de educação, recuando nas questões de gênero e Direitos Humanos para a comunidade LGBT.

Soma-se à indignação dos movimentos educacionais o adiamento da Conferência Nacional de Educação para novembro, numa movimentação clara do governo de tentar diluir as manifestações pela aprovação no PNE. Para garantir o retorno ao texto original da Câmara, com ampla discussão com a sociedade civil organizada, seguiremos na luta para assegurar uma educação à altura dos desafios de nosso país.

É com este espírito de luta democrática que a União Nacional dos Estudantes convoca a juventude de todo o Brasil para se somar à Jornada de Lutas da Juventude por entender que só com a unidade dos movimentos sociais iremos avançar nas transformações que o nosso país tanto necessita. O nosso intento é consolidar a conquista da democracia, a melhoria dos serviços públicos e a consolidação de mais direitos, que setores da elite se negam a entregar a fim de não perder seus privilégios. Nas ruas, espaço que de passeata em passeata mudamos o Brasil, iremos seguir firmes na efetivação dos anseios dos estudantes, dos trabalhadores, das trabalhadoras nas seguntes lutas:

Educação

1. Realizar uma agenda de mobilizações, iniciando com um ato na Câmara no dia 12 de março, junto com as demais entidades do movimento educacional pela aprovação do PNE da Câmara, com a destinação de 10% do PIB para a Educação Pública;
2. Aprovação do INSAES para regulamentar a Educação Privada;
3. Criação da UFCARJ – Universidade Federal de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro;
4. Criação de um marco legal para a intervenção pública e/ou estatização de instituições privadas de ensino superior em colapso;
5. Fortalecer o PNAES a fim de garantir um política de permanência estudantil plena
6. . Realização do Dia Nacional de Luta somando-se a mobilizações da FASUBRA e do ANDES-SN

Memória, Democracia e Segurança Pública

1. Realização do Seminário de Memória “UNE – Resistir e Lutar, 50 anos do Golpe Civil-Militar”;
2. Campanha #NãoSomosTerroristas, de combate a proposta de Lei Antiterror em tramitação no Congresso Nacional;
3. Incentivar a organização de Comitês e a realização de seminários do Plebiscito Popular pela Constituinte Soberana e Exclusiva do Sistema Político;
4. Mobilizar a coleta de assinaturas para o PLIP da Coalização pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas;
5. Mobilizar a coleta de assinaturas da Campanha “Para Expressar a Liberdade”, que visa democratizar os meios de comunicação;
6. Construir o Comitê Nacional pela Desmilitarização da Polícia e da Política;

- 50 anos – memória (Helenira – Honestino – Sede) –

Herança: 1)sistema político /(plip e plebiscito popular)/ 2) desmilitarização/ 3 )meios de comunicação/educação (democracia nas universidades e 4)regulamentação e ensino privado)